

ENTREVISTA COM BASIL BERNSTEIN

Basil Bernstein, titular de Sociologia do Instituto de Educação da Universidade de Londres, esteve em Porto Alegre no mês de abril, juntamente com a professora Maria Aparecida Joly Gouvea, do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Ambos vieram a convite dos Cursos de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por suas experiências no campo da pesquisa educacional. Bernstein tem trabalhado em várias pesquisas na área da Sociologia da Educação. Nesse sentido forneceu entrevista à equipe jornalística da Central de Produções da Faculdade de Educação da UFRGS, abordando, especialmente, a influência dos fatores sócio-econômicos sobre as oportunidades educacionais. Já a professora Maria Aparecida Joly Gouvea, na mesma entrevista, traçou um paralelo entre as experiências ressaltadas por Bernstein, e aplicadas em seu país, com o que vem sendo realizado em termos de educação brasileira. Aparecida Gouvea está, atualmente, desenvolvendo trabalhos de assessoramento a projetos de pesquisas, particularmente, a estudantes em fase de doutoramento.

AS CHANCES DE INGRESSO NA ESCOLA

É muito raro que uma criança nascida no meio rural atinja a escola secundária no Brasil.

O grau sócio-econômico do meio de origem de uma criança em idade escolar pode influir decisivamente no seu acesso às instituições educacionais e, também, no seu desenvolvimento dentro destas. Não que seja a escola quem vá vetar oportunidades de ingresso de crianças dessa ou daquela posição. Há escolas que permitem igual acesso. Mas, as diferenças surgem na aquisição do conhecimento.

Com essa avaliação, Bernstein enfatizou o fato de que "a posição econômica determina diferentes van-

tagens para algumas crianças, antes mesmo delas nascerem. As crianças podem ter igualdade de acesso à escola. Mas, as de classe média, têm condições de explorar a escola de forma mais vantajosa, de uma maneira que é impossível para as crianças da classe operária".

O exemplo foi dado com crianças da Inglaterra. Segundo observou Bernstein, lá, as crianças da classe média têm acesso, às instituições educacionais, diferenciado e privilegiado. Além disso, "estão mais capacitadas, em consequência de sua origem sócio-econômica, a se apropriarem dos meios de aquisição do conhecimento".

A mesma situação é verificada no Brasil, talvez até de forma muito mais verdadeira, segundo ressaltou a professora Aparecida Gouvea. Para ela, "as diferenças de oportunidades educa-

cionais aqui, são muito grandes. As chances de uma criança chegar à escola secundária, por exemplo, são grandemente determinadas, não somente pela sua origem social, mas muito, também, pelo tipo de região na qual ela nasceu. Assim é muito raro que uma criança nascida no meio rural atinja a escola secundária no Brasil".

A professora Aparecida Gouvea não afirma que esse seja o caso do Rio Grande do Sul, pelo menos não em graus tão elevados. "Mas isso acontece freqüentemente nos outros estados brasileiros. O local do nascimento, geograficamente falando, e a origem social, influenciam de tal forma que, quando examinamos a população de uma escola média, podemos apostar que grande parte das crianças vêm da classe média ou da alta classe média e, poucas de outras classes".

Uma pesquisa feita em São Paulo no ano passado (1978) denunciou a existência, na cidade, de 140 mil crianças na idade dos sete aos 14 anos, fora da escola. Isso, na opinião da professora Aparecida Gouvea, "demonstra a quantidade de discriminação que a sociedade determina em termos de acesso à escola primária, que é o ensino fundamental. Deste modo, as vagas podem estar lá (teoricamente não existem restrições), mas a maioria das crianças não têm condições para as mínimas despesas que são exigidas pela escola. O principal problema é o econômico. Mas não é o único que explica esta situação".

A professora lembrou que freqüentemente ocorre das crianças começarem a trabalhar muito cedo. "Os meninos passam por todo o tipo de trabalho servil, quase escravo. As meninas ajudam em casa e muitas,

apesar da pouca idade, tomam conta de irmãos ainda menores, enquanto a mãe vai trabalhar. Todos esses fatores resultam em uma permanente ausência da escola ou ainda em uma presença tão irregular que, ao final do primeiro ou segundo ano escolar, mesmo estando matriculadas, elas terminam saindo definitivamente. Aquelas que permanecem ficam irremediavelmente atrás das outras. Depois de um ano ou dois, repetindo a mesma série, as crianças vão adiante sem saber ler nem escrever".

Em sociedades capitalistas, a principal função do sistema educacional é manter a estrutura de relações entre os grupos sociais enquanto diferencia as relações entre os indivíduos selecionados.

Na opinião do professor inglês, o problema varia de sociedade para sociedade, "mas está claro, pelo que ouvimos aqui e ali, que existem questões econômicas fundamentais, que precisam ser respondidas e resolvidas como uma pré-condição para qualquer possibilidade de ativar igualdades. Não somente de acesso mas, também, igualdade em termos de aquisição de capacidade de aprender, o que vem a ser, fundamentalmente, uma questão econômica. Isto traz à tona uma questão bem mais ampla: de como a renda nacional é gerada e distribuída. E seria um pouco presunçoso querer responder esta questão em termos de Brasil".

Em termos de Inglaterra, Bernstein se diz plenamente convencido da existência de uma limitação planejada no sistema educacional para agir como instrumento maior sobre as mudanças radicais da sociedade que fujam a seu

contexto. Mas, "não acredito na natureza de um sistema educacional em si, como um instrumento radical de mudança social. Acredito que, certamente, em sociedades capitalistas, mais nestas que em outras, a principal função do sistema educacional é manter a estrutura de relações entre os grupos sociais, enquanto diferencia as relações entre os indivíduos selecionados, de maneira que o sistema educacional está definitivamente baseado na noção de produzir mudanças estruturais entre indivíduos ao mesmo tempo que mantém as relações estruturais entre os grupos sociais".

Uma das soluções parciais que vem sendo tentada no Brasil para, pelo menos, tentar reduzir essa evasão de crianças das escolas, durante os primeiros anos de aprendizado, é a merenda escolar gratuita. Conforme a professora Maria Aparecida Joly Gouvea pôde constatar, "isto mantém a criança na escola e algumas chegam mesmo a ir exclusivamente porque a merenda escolar é a única refeição integral que recebem durante todo o dia. Isto poderia ser um ponto, mas é difícil acreditar que seja suficiente. As condições materiais dos lares de onde vêm a maioria das crianças, muitas vezes, faz com que mesmo este alimento chegue muito tarde na vida das crianças".

O fator alimentação é ressaltado pela professora paulista, ao lembrar afirmações de pessoas que trabalham em saúde e nutrição, quanto aos muitos danos causados no desenvolvimento intelectual da criança, devido a subnutrição no primeiro ano de vida. "Assim, muitas vezes, recebemos crianças tão desnutridas que é impossível recuperá-las. Os danos causados anteriormente são irreversíveis e estão

lá. Podemos considerar a alimentação apenas como uma das questões. Do ponto-de-vista emocional, que é o ponto-de-vista da criança, o alimento é muito importante e significa muito para ela. Mas do ponto-de-vista intelectualista é pouco".

Bernstein acredita que quando a questão educacional atinge a um impasse extremado, onde as causas problemáticas são muitas, exigindo soluções para as diversas variáveis surgidas, só mesmo uma mudança no sistema político de um país possibilitaria modificações significativas no sistema educacional. Na sua opinião "não se pode realmente falar sobre educação e sociedade. Sociedade nunca é mais viva e real do que quando está trabalhando com a educação e através desta. De maneira que é preciso sempre pensar não em educação e sociedade, mas sim, em termos de regulamentação da educação feita pela sociedade".

O professor acrescentou ainda que "qualquer alteração significativa no sistema educacional necessariamente só pode acontecer se houver uma força diferente da sociedade trabalhando junto com esse sistema educacional. E, dentro disto, é correto afirmar que é preciso antes mudar os fatores externos da educação, se de fato deseja-se fazer qualquer mudança fundamental". O pesquisador inglês fez questão de ressaltar que "qualquer que seja a sociedade, os sistemas educacionais são repetidores do sistema vigente. Como repetem e o que repetem é que varia. E, tanto quanto sei, nenhum sistema educacional tem desperdiçado o espaço que tem para criticar efetivamente e constantemente a ideologia que deve reproduzir".

OS PODERES DA PESQUISA EDUCACIONAL

Os resultados da pesquisa não são usados apropriadamente. São usados conforme o principal objetivo do planejador de ensino.

Os dois pesquisadores entrevistados também analisaram alguns aspectos da pesquisa educacional como uma fonte, positiva ou não, de informações, ou mesmo, como um meio de prevenir ou pôr um fim a possíveis crises no setor educacional. Tanto Basil Bernstein como Aparecida Gouvea ressaltaram alguns problemas que podem surgir com esse tipo de exploração, como por exemplo, o fato desta poder ser tomada seletivamente pelo sistema político ou então ser usada para legitimar uma posição particular.

Segundo Bernstein, "muitas pesquisas educacionais têm, de fato, reunido informações básicas para o planejamento da educação. A pesquisa pode também fornecer informações que influenciem o planejamento, no caso do pesquisador ser sensível ao seu resultado. Mas, apesar de se fazer uma pesquisa muito importante, o fato dela ser aplicada ou aceita é muito mais uma questão política e ideológica". Na mesma linha de posicionamento, a professora Aparecida Gouvea disse que "o problema básico é que não importa a pertinência nem a qualidade de uma pesquisa educacional. Os resultados da pesquisa não são usados apropriadamente. São usados conforme o principal objetivo do planejador do ensino".

Em termos específicos de Brasil, a pesquisadora paulista destacou os pon-

tos principais nos quais deveria se basear uma pesquisa educacional. Na sua opinião esta teria de ser necessariamente, a mais fundamental possível. "Não uma pesquisa sobre problemas menores. Não importa o grau de sofisticação da pesquisa ou sua estrutura ou ainda, se as medidas são precisas. Nada importa se ela não tratar de uma questão que faça parte do sistema maior. Não importa que do ponto-de-vista estatístico ou metodológico ela seja uma excelente pesquisa. Ela não será uma boa pesquisa!"

Uma das funções da pesquisa é tentar desmascarar, arrancar o disfarce, e permitir que as pessoas participem da discussão sobre o que constitui a problemática crucial.

Para Bernstein, a pesquisa pode fazer muita coisa, mas lembra que "estamos falando de crise educacional. Muitas vezes esta se apresenta de tal forma que a crise fundamental é disfarçada pela maneira como se fala da crise educacional. Eu acredito que talvez, uma das funções da pesquisa, não somente a educacional, mas certamente, na ciência social, é tentar desmascarar, arrancar o disfarce e permitir que as pessoas participem da discussão sobre o que constitui a problemática crucial, em vez de discutir quais são os problemas constituídos por outros, para as pessoas". O pesquisador inglês considera importante que as pessoas descubram qual o problema, não se limitando a trabalharem em cima de um que lhes foi apresentado, já pronto.

Segundo ele, "esta é uma das funções da pesquisa apesar de não ser a única. Mas é a principal para que se possa examinar e expor as aspeções,

concepções que as pessoas têm sobre senso comum mundial. Desta forma eu acredito que esta seja a função da pesquisa em qualquer época, de crise ou não, mas particularmente útil em tempo de crise".

Aparecida Gouvea faz aqui uma ressalva: "É preciso antes definir o que é crise e onde está a crise, pois, muitas vezes, ela não está no sistema educacional e sim, mais além, fora do alcance do sistema educacional. Assim,

não importa o quanto se trate dos problemas educacionais. Não se poderá resolver a chamada crise sem que se preste atenção ao que está acontecendo fora do sistema educacional. Muitas vezes a própria crise é um bom sintoma. A crise pode alterar os indivíduos de uma sociedade. Há vários e sérios problemas que têm sido erradamente mascarados. Muitas vezes uma crise é necessária para sacudir, acordar, despertar todo o sistema".